

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RÂMBEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1885-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTIANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

# Bolsonaro quer sequestrar a oposição



**Com o ato de hoje na Paulista, Bolsonaro espera demonstrar que, a despeito do futuro nada auspicioso que se lhe apresenta, é ele o único capaz de liderar a oposição a Lula da Silva**

Jair Bolsonaro subirá num carro de som na Avenida Paulista hoje à tarde como um homem acuado. O ex-presidente vive o momento mais crítico de sua longa e improdutiva trajetória política – quando emergem, dia após dia, os detalhes da conspiração bolsonarista para tentar um golpe de Estado, tudo tramado nas salas de reunião da Presidência da República. No limite, isso poderá custar não só a proscricção definitiva de Bolsonaro das disputas eleitorais, como também anos de cadeia para ele e para seus sócios na emprei-

tada golpista.

A manifestação, portanto, desvela-se como uma tentativa de resposta política de Bolsonaro diante desse quadro adverso. Seu objetivo é muito claro: demonstrar que, a despeito do futuro nada auspicioso que se lhe apresenta, é ele o único político capaz de liderar a oposição ao governo do presidente Lula da Silva e que abandoná-lo não é uma opção.

Mas dessa oposição – golpista, que insulta as instituições democráticas, ataca a imprensa e prega a violência – o País não precisa. Pode ser que sirva

aos propósitos do presidente Lula da Silva, que vestiu a fantasia de herói da democracia contra a ameaça bolsonarista, mas não serve aos propósitos do Brasil, terrivelmente necessitado de uma oposição que ajude a construir soluções em vez de sabotar o diálogo. Definitivamente, não é essa a oposição civilizada e democrática que estará no carro de som para desagregar Bolsonaro – ainda que, por estratégia de seus advogados, não se gritem palavras de ordem contra o Supremo Tribunal Federal nem a favor da ruptura democrática, como de hábito.

Quando convocou seus apoiadores para a manifestação de hoje dizendo que, “mais do que discursos”, o importante é “uma fotografia de todos vocês”, para “mostrar para o Brasil e para o mundo a nossa união”, Bolsonaro nem sequer tentou disfarçar sua estratégia. Essa “união” entre ele e o eleito-rado que se opõe visceralmente a Lula e ao PT tem o evidente propósito de constranger os aliados de Bolsonaro que hesitam em seguir a seu lado no momento em que seu envolvimento numa trama explicitamente golpista fica cada vez mais evidente.

À luz das leis e da Constituição, pouco importa se haverá uma multidão ou uns gatos-pingados hoje na Avenida Paulista. É bastante improvável que a Polícia Federal, a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal façam ou deixem de fazer o que se lhes impõe o ordenamento jurídico do País a depender do número de pessoas enquadradas na fotografia por que Bolsonaro tanto anseia.

Se as intenções de Bolsonaro estão claríssimas, resta ver como se comportarão seus aliados políticos. São muitas as suspeitas de que houve, de fato, a intenção de dar um golpe de Estado em 2022 para impedir a posse de Lula e manter Bolsonaro no poder, em desabrida afronta à soberania da vontade popular manifestada nas urnas. É ao lado do líder dessa conspiração que as lideranças de uma dita direita moderada desejam estar?

Nesse sentido, é estarrecedor que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, não só tenha cedido o Palácio dos Bandeirantes como estalagem para Bolsonaro, como ainda tenha aberto as portas da sede do governo paulista, nada menos, para servir de escritório para “reuniões preparatórias” para a manifestação de hoje. O cálculo eleitoral, a lealdade ou a gratidão, seja qual for o nome que se dê às razões de Tarcísio para emprestar a pujança política de São Paulo a um golpista de marca maior, já começam a flertar com a imprudência. Afinal, a rigor, ninguém sabe que rumo a manifestação poderá tomar. Bolsonaristas radicais já deram mostras do que são capazes quando os interesses do “mito” estão sob risco.

Por aí se vê a força de Bolsonaro, que, a despeito de suas aflições judiciais, ainda é capaz de sequestrar a direita tida como moderada e submetê-la a seus propósitos truculentos e antidemocráticos. Não se sabe quanto tempo essa força durará, mas, até que expire, continuará a distorcer as causas liberais e a acarretar imensos prejuízos ao bom debate. ●

## Limitação das ‘saidinhas’ não é panaceia

**Restrição draconiana à concessão do benefício para todos os presos, indistintamente, significa a capitulação do Estado na missão de ressocializar os cidadãos sob sua custódia**

O Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 2.253/2022, que restringe duramente a concessão das saídas temporárias aos presos de bom comportamento em regime semiaberto. Pode-se dizer que os senadores promoveram um certo avanço humanitário. Afinal, o texto original aprovado pela Câmara previa o fim total das chamadas “saidinhas”, não sua limitação. De qualquer forma, o populismo prevaleceu no debate sobre um projeto que, a bem da sociedade, deveria ter sido discutido à luz das evidências, com mais técnica e menos paixão.

Dito isso, é incontornável reconhecer que o PL 2.253 mexe com as emoções de uma sociedade farta da leniência do Estado para lidar com o proble-

ma da violência. O País parece estar de joelhos diante de organizações criminosas cada vez mais perversas. É ultrajante ver agentes públicos se associarem a criminosos numa torpe *joint venture* delitiva que faz com que milhões de cidadãos se sintam largados à própria sorte. Já estão as facções do tráfico e as milícias, que ocupam largas porções do território nacional e ali escrevem com sangue as suas próprias constituições.

Esse sentimento foi muito bem captado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES), cujas credenciais democráticas e humanistas são insuspeitas. Ao votar a favor da restrição das “saidinhas”, Contarato reconheceu que, “diante dessas circunstâncias, não é razoável explicar (a concessão de benefícios penais) para quem teve um filho

morto por homicídio doloso”. Pedindo perdão aos colegas de bancada, Contarato sustentou seu voto por entender que o benefício “não passa a sensação, mas a certeza da impunidade” para a população.

Há fundamento nesse desabafo do senador petista. O controle de permissões para as “saidinhas” é falho. Não há dúvida de que têm ido para as ruas em feriados e datas comemorativas alguns presos que jamais deveriam ter o benefício. Entretanto, são casos isolados, que não deveriam servir de base para a continuidade ou a revogação de uma política pública; deveriam, antes, servir ao seu aprimoramento.

É quase certo que o PL 2.253 será aprovado novamente pela Câmara antes de seguir para análise do presidente Lula da Silva. Resta ver se os deputados vão preservar no texto a emenda do senador Sergio Moro (União-PR), que manteve a permissão para as “saidinhas” para presos matriculados em cursos profissionalizantes, no ensino médio ou superior. Mas, independentemente do resultado final, é fundamental refletir se a medida, de fato, contribuirá para o aumento da segurança da sociedade. O castigo estatal tem uma justa dimensão restaurativa, mas também deve ensejar medidas capazes de evitar que os condenados voltem a delinquir quando postos em liberdade.

As “saidinhas”, se bem controladas, têm essa dimensão preventiva. Elas permitem que os presos de bom comportamento – que, diga-se, já desfrutaram de certo grau de liberdade por cumprirem pena em regime semiaberto – tenham contato com suas famílias e, assim, sejam acolhidos por mais tempo em um ambiente social diametralmente oposto, por óbvio, à brutalidade dos presídios. Retirar de todos os presos, indistintamente, esse respiro de humanidade tende a aumentar a vulnerabilidade dos que cometeram crimes menos graves ao assédio cada vez mais violento das organizações criminosas que exercem poder de vida e morte intramuros.

O problema da violência deve ser enfrentado com um arcabouço legal mais inteligente. No caso em questão, isso significa aprimorar os controles sobre as “saidinhas”, não acabar com o benefício.

Medidas de ressocialização não são favores prestados aos criminosos. É no melhor interesse da sociedade que elas existem. Não há pena de morte nem tampouco de prisão perpétua no Brasil, o que significa que quem cometeu um crime e foi preso um dia deverá voltar ao convívio social. Que preso será esse e com que espírito voltará a circular pelas ruas, depende de quanto o Estado está disposto a lhe estender a mão para reconduzi-lo para uma vida digna. ●